

AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E ÍNDIA DE 2003 A 2010

MAISA CANDATEN¹; FERNANDA FERNANDES³

¹Universidade Federal de Pelotas – maisacandaten@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fernandes.fernanda@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a política externa brasileira, com ênfase nas relações entre Brasil e Índia, de 2003 a 2010. Os primeiros governos de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, foram marcados por uma reorientação político-ideológica, que foi refletida em sua política externa. Segundo Vigevani e Cepaluni (2010), houve a criação de um novo paradigma de política externa, principalmente no que diz respeito à aproximação com os países emergentes, como África do Sul, China, Rússia e Índia. (Vigevani, Cepaluni, 2010)

Dentre eles, a Índia revela-se um caso interessante pela similaridade na agenda de política externa com a brasileira e pelo papel de liderança regional que desempenha, assim como o Brasil. Nesse sentido, essa pesquisa tem como questionamento norteador: Como evoluíram as relações entre Brasil e Índia, de 2003 a 2010? A partir disso, a hipótese proposta é de que tendo em vista a política externa de Lula, voltada para aproximação com os países do Sul Global, as relações bilaterais e multilaterais entre os dois países se intensificaram no período.

O objeto de estudo se insere na subárea de Análise de Política Externa, no campo de conhecimento das Relações Internacionais, que privilegia o ambiente doméstico como variável explicativa do comportamento dos atores estatais no sistema internacional (Hudson, 2005). A fim de compreender a formulação da política externa brasileira no período serão utilizadas as contribuições de Vigevani e Cepaluni (2007) e Grovogui (2012). No que tange às relações entre Brasil e Índia, parte-se das contribuições de Sandy (2018) e Vieira (2007).

2. METODOLOGIA

A pesquisa utiliza-se de abordagem qualitativa, com finalidade descritiva e analítica. Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a pesquisa documental e a revisão bibliográfica. Dessa forma, para pesquisa documental foram utilizadas fontes primárias como acordos internacionais, discursos oficiais, notícias e outros documentos governamentais, disponíveis no site oficial da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em relação à revisão bibliográfica, foram utilizados artigos científicos e livros relativos ao tema, disponíveis em bases de dados online, como Scielo e Google Scholar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Hudson (2005), a subárea de APE surgiu com a publicação do trabalho de Richard C. Snyder, H. W. Bruck e Burton Sapin (1954) "Decision Making as an Approach to the Study of International Politics", seguida pelos trabalhos "Pre-theories and Theories of Foreign Policy" de James N. Rosenau

(1966) e a obra de Harold e Margareth Sprout (1956) “Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics”. De acordo com o autor, esses três estudos permeiam o pensamento analítico de política externa, ressaltando a importância de compreensão das particularidades dos tomadores de decisão, a pressão doméstica dos grupos dominantes, ideologias dominantes e aspectos culturais, por exemplo. Dessa forma, o comportamento dos Estados é definido por meio de sua política externa, constituída, segundo Merle (1990), de um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, visando mobilizar o máximo de fatores tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo.(Hudson, 2005; Merle, 1990)

Em primeiro de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e com programa de governo pautado pela nova orientação político-ideológica. No discurso de posse, o presidente cita expressamente a Índia como prioridade em política externa ao citar diretamente o país em seu discurso “Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.”(Lula da Silva, 2003, P. 42) É importante destacar que esses países se classificam no denominado Sul Global, evidenciando a estratégia política de Lula, no cenário externo. Isso é decorrência de uma das diretrizes de política externa do período, o incremento de grandes países do Sul Global e a busca por um equilíbrio na ordem internacional, em contraposição aos países do Norte, grandes potências.

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), as principais diretrizes em política externa objetivaram para a busca por um maior equilíbrio internacional, procurando diminuir o unilateralismo; fortalecer relações bilaterais e multilaterais; adensar relações diplomáticas; e, evitar acordos com possibilidade de comprometer o desenvolvimento a longo prazo. De acordo com os autores, foi implementado um novo paradigma em política externa, denominado Autonomia pela Diversificação. Este paradigma se firmou na diversificação de parceiros comerciais a fim de alçar determinada autonomia no cenário internacional. Isto é, visava uma maior cooperação Sul-Sul, estreitando relações e buscando convergência política com países do Sul Global, principalmente países emergentes como África do Sul, China, Rússia e Índia. (Vigevani, Cepaluni, 2007)

Segundo Grovogui (2011), o conceito de Sul Global se refere à regiões e países cujas diferenças vão desde o passado colonial, tradições culturais, trajetórias econômicas e estruturas administrativas ou organizacionais. Portanto, o Sul Global é um movimento multifacetado que ratifica a necessidade de uma comunidade internacional pós-colonial, na forma de um novo ‘*ethos*’ de poder e subjetividade através da política externa, da solidariedade internacional e da responsabilidade numa ordem internacional livre dos legados institucionais do colonialismo (Grovogui, 2011).

As relações bilaterais com a Índia foram estabelecidas a partir da independência do país, em 1948. Segundo Sandy (2018), o relacionamento foi tímido até o final do século XX, devido à distância geográfica, contrastes culturais e linguísticos e duas economias bastante fechadas. As relações ganharam mais relevância com o final da Guerra Fria (1947-1989), visto que os dois países passaram por processos de abertura econômica, modernização do setor financeiro e diminuição do papel estatal na economia. Em 1991, surge o interesse indiano com relação ao Brasil, compelido ao abandono de sua posição isolacionista. De acordo com Vieira (2007), em 1996, o presidente brasileiro FHC se tornou o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente a Índia.

Nesse período o fluxo comercial cresceu muito, passando de US\$ 1 bilhão, em 2002. Segundo Sandy (2018), a Comissão Mista Bilateral, estabelecida em 2002, tornou-se importante mecanismo de coordenação político-diplomática com a Índia. (Sandy, 2018, Vieira, 2007)

A partir da eleição de Lula, a Índia é elencada como prioridade na política externa, dessa forma foram mapeados os marcos no relacionamento diplomático entre os dois países, tanto no campo bilateral quanto no multilateral.

No plano bilateral, em 2003 houve a I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia (Comista), em Nova Delhi, que foi criada no governo de FHC. Em 2004 houve a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia, onde vários acordos foram assinados. Em 2006, o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh retribuiu a visita, na ocasião da II Reunião da Comissão Mista, em Brasília, quando os dois países decidiram elevar a relação bilateral ao nível de parceria estratégica. Em 2007, o presidente Lula visita novamente a Índia, onde ocorre também a III Reunião da Comissão Mista e a I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia. Em 2008, houve a visita da presidente Pratibha Patil ao Brasil, onde foi criado o Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia; posteriormente, no mesmo ano o presidente Lula visita novamente a Índia. Em 2009, houve a IV Reunião da Comissão Mista, em Brasília; a abertura da adidância militar do Brasil em Nova Delhi; e, entrou em vigor o Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a Índia, aprofundando os laços comerciais entre os dois países. Por fim, em 2010, houve a visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil, na ocasião da II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, em Brasília. (MRE, 2024a)

No plano multilateral, em 2003, houve o estabelecimento do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul); e a criação do G-20, um fórum de diálogo e cooperação econômica entre países emergentes liderado por Brasil e Índia no âmbito da OMC. Em 2004, houve a criação do G-4, grupo composto por Brasil, Índia, Alemanha e Japão que buscam um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 2006, houve o I Encontro informal dos BRICs, às vésperas da Assembleia Geral da ONU. Em 2009, houve a I Cúpula dos BRICs, que ainda não contava com África do Sul, na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia; e, a criação do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15), objetivando uma coalizão para garantir que seus interesses fossem representados nas negociações sobre o clima. Em 2010, houve a II Cúpula dos BRICs, que passou a ser realizada anualmente (MRE, 2024b)

4. CONCLUSÕES

Portanto, é possível denotar que as relações indo-brasileiras se intensificaram nos governos Lula, de 2003 a 2010. Isso decorre, principalmente, das diretrizes da política externa brasileira de aproximação com países do Sul Global, em especial a Índia. Isso é evidenciado pelo incremento das relações Brasil-Índia, tanto em fóruns multilaterais, criados e fomentados no período, quanto bilateralmente, devido às visitas diplomáticas de alto nível entre os mandatários de ambos os países e a parceria estratégica estabelecida em 2006. O relacionamento bilateral se intensificou nos campos político e econômico, resultando em uma maior coordenação política em organismos e fóruns

multilaterais como G4, G20, IBAS, BASIC e BRICS. Isto demonstra a convergência de interesses entre os dois países, principalmente em temas como energia renovável, ciência e tecnologia, defesa, agricultura e saúde.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no Congresso Nacional, em Brasília. In: AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. A política externa do Brasil. Brasília: IPRI/Funag, 2003.

GROVOGUI, Siba. A revolution nonetheless: The Global South in international relations. **Global South, The**, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.

HUDSON, Valerie M. Foreign policy analysis: Actor-specific theory and the ground of international relations. **Foreign policy analysis**, p. 1-30, 2005.

MERLE, Marcel. Política externa e relações internacionais. BRILLARD, Philippe. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

MRE, Relações bilaterais Brasil e Índia. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/asia-pacifico-e-russia/india>. Acesso em: 08 out 2024.

MRE, Resenhas de Política Exterior do Brasil, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil>. Acesso em: 07 out 2024.

SANDY, Hudson Caldeira Brant. Brasil e Índia: 70 anos de relações bilaterais'. **Cadernos de Política Exterior**, v. 4, n. 7, p. 139-160, 2018.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. Relações Brasil-Índia (1991-2006). Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, UFRGS, 2007.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, p. 273-335, 2007.